



Índice

- 01** [Av. Paulista tem pista fechada por protesto de índios em São Paulo](#)
- 02** [Índios bloqueiam Esplanda e tentam invadir Congresso Nacional em protesto](#)
- 03** [Ana Rita visita acampamento de índios e alerta para risco de prejuízo se PECs forem aprovadas](#)
- 04** [Deputado diz que índios são usados como massa de manobra de grupos econômicos internacionais](#)
- 05** [MPF em São Paulo visita indígenas da etnia Guarani na zona oeste de São Paulo](#)
- 06** [Índios bloqueiam rodovias em semana de protesto](#)
- 07** [Indígenas e quilombolas cobram regularização](#)
- 08** [Em nota, Guarani-Kaiowa repudia genocídio indígena 02/10/2013](#)
- 09** [Após protesto, BR-316 é liberada por indígenas](#)
- 10** [Padre Ton diz que pressão indígena deve continuar e que o PT está comprometido com a Constituição](#)
- 11** [Roraima recebeu Conferência sobre Saúde Indígena](#)
- 12** [Dilma está nas mãos dos ruralistas na questão indígena, afirma antropóloga](#)

Av. Paulista tem pista fechada por protesto de índios em São Paulo

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 02.10.2013



Um grupo de cerca de 500 indígenas, segundo estimativa da Polícia Militar, fechava totalmente uma das pistas da avenida Paulista, na região central de São Paulo, por volta das 18h50 desta quarta-feira. O bloqueio estava no sentido Paraíso.

Segundo a Polícia Militar, o grupo protestava contra a PEC 215 (Proposta de Emenda à Constituição) que transfere a competência da União na demarcação das terras indígenas para o Congresso Nacional e possibilita a revisão das terras já demarcadas.

O grupo se reuniu no vão livre do Masp (Museu de Artes de São Paulo) por volta das 15h e fechou o sentido Consolação da Paulista antes de fechar o sentido Paraíso. A CET (Companhia de Engenharia de Tráfego), porém, não soube informar desde que horas a via estava com bloqueio. Por volta das 18h50, a avenida Paulista tinha 1,9 km de filas, no sentido Consolação.

Em toda a cidade de São Paulo, havia 141 km de lentidão às 18h50, o que corresponde a 16,2% dos 868 km de vias monitoradas. O índice estava dentro da média do horário, que é de 17%. A pior região era a zona sul, com 45 km de congestionamento.

A pior via era a marginal Tietê, com 10,1 km de lentidão, na pista local, no sentido Ayrton Senna, desde a ponte Julio de Mesquita Neto até a ponte do Tatuapé. Já na pista expressa, havia mais 8,4 km de filas entre a ponte da Freguesia do Ó e a ponte da Vila Guilherme.



Índios bloqueiam Esplanada e tentam invadir Congresso Nacional em protesto
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 02.10.2013

A Esplanada ficou bloqueada durante a tarde causando intenso engarrafamento na região

Os índios que estavam acampados no gramado central, tentaram invadir o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto, além de bloquear as vias S1 e N1 e furar o pneu do carro de um deputado durante manifestação que levou caos à Esplanada dos Ministérios nesta quinta-feira (2/10).

Durante a tentativa de invasão da sede do Legislativo, uma porta de vidro foi quebrada e a polícia usou spray de pimenta contra os manifestantes. A Esplanada ficou bloqueada do começo ao fim da tarde causando congestionamento intenso.

Um dos manifestantes furou o pneu do carro do deputado federal Cândido Vaccarezza, que buscou refúgio no Palácio da Justiça. Além de atirar papel higiênico no veículo, os índios usaram batom para escrever ofensas ao deputado.

Parte das lideranças indígenas presente nas manifestações aceitou entrar no Congresso para se reunir com o presidente em exercício da Câmara dos Deputados, André Vargas (PT-PR). Durante a reunião, os índios entregaram um documento com algumas reivindicações e os deputados protocolaram nesta quarta um projeto que visa garantir quatro vagas para índios na Câmara.

Eles também pediram o arquivamento da PEC 215 que tira do poder executivo a competência de delimitar terras indígenas. Segundo os manifestantes, a bancada ruralista é a grande interessada na aprovação da PEC.



Boletim de Notícias - Edição nº 179/ 2013

Brasília, 03 de outubro de 2013.

Ana Rita visita acampamento de índios e alerta para risco de prejuízo se PECs forem aprovadas

SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 02.10.2013

Para a senadora Ana Rita (PT-ES), presidente da Comissão de Direitos Humanos, as propostas de emenda à Constituição (PECs 38 e 215), que tramitam no Senado e na Câmara respectivamente, representam um grande retrocesso e irão trazer enormes prejuízos à população indígena. As PECs transferem do Executivo para o Legislativo a competência para a demarcação das terras indígenas. Nesta quarta-feira (2), a senadora levou o apoio da comissão aos representantes indígenas acampados em frente ao Congresso.

Da Redação

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Deputado diz que índios são usados como massa de manobra de grupos econômicos internacionais

SÍTIO AGRO OLHAR, 02.10.2013



Para evitar conflito em Brasília em virtude da mobilização nacional indígena, o presidente da Câmara Federal, deputado Henrique Alves (PMDB-RN), suspendeu a instalação da Comissão Especial da PEC 215, a proposta de emenda à constituição que transfere do Executivo para o Legislativo a prerrogativa para homologar as terras demarcadas pela FUNAI.

Substituto de Homero Pereira, o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado federal Luis Carlos Heinze (PP-RS), lamenta a decisão e afirma que os indígenas são usados como massa de manobra de grandes corporações internacionais que têm interesse em prejudicar a agricultura brasileira.

“É uma grande maquinação. A gente vê a igreja envolvida, setores do Ministério Público envolvido em conluio com a FUNAI. Ongs antropológicas, ongs internacionais, Igreja Católica, Ministério Público Federal e parte do governo e, do outro lado, nós, defendendo a sociedade brasileira como um todo. Existem outros interesses por traz desta maquinação e nós vamos tentar resolver”, desabafa.

Ainda segundo ele, é preciso que a sociedade urbana entenda o que está em jogo na disputa pelas terras agricultáveis.

Além da PEC 215, a FPA defende também, a aprovação do projeto de lei 227, que regulamenta o artigo 231 da Constituição Federal para definir quais são as terras tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas.

A proposta permite o ressarcimento aos produtores rurais que tiveram terras desapropriadas e até mesmo expropriadas.



MPF em São Paulo visita indígenas da etnia Guarani na zona oeste de São Paulo
SÍTIO PR/SP, 02.10.2013

Procuradora da República Priscila Schreiner ouviu lideranças indígenas sobre problemas enfrentados pelas aldeias

O Ministério Público Federal em São Paulo acompanha de perto a situação dos cerca de 600 indígenas da etnia Guarani que residem na zona oeste da cidade de São Paulo. No último dia 1º de outubro, a procuradora da República Priscila Costa Schreiner, acompanhada pela antropóloga Deborah Stucchi, visitou duas aldeias no local, com o objetivo de conhecer de perto a realidade dessa população. A metade deles é composta por crianças de até 14 anos.

Das lideranças indígenas Guarani, a procuradora ouviu vários relatos sobre as necessidades da comunidade. Além da reivindicação para a agilização da regularização fundiária, os indígenas solicitaram o apoio do MPF para minimizar os problemas de saúde relacionados com o precário saneamento básico nas duas aldeias, já que as fossas necessitam de manutenção e o fornecimento de água não atende a todas as famílias.

Os Guarani pediram ainda que o MPF os auxiliasse, junto aos órgãos responsáveis, pelo controle da superpopulação de cães abandonados nas duas áreas indígenas. O local é um dos pontos escolhidos por moradores da cidade de São Paulo para abandonar ninhadas de filhotes, cães doentes ou idosos. Como os índios não cogitam eliminar os cães, os animais se reproduzem sem controle, provocando transtornos à circulação interna nas áreas, já que alguns são mais agressivos, disputam comida e podem transmitir várias doenças, como a contaminação das águas pelas fezes.

SITUAÇÃO DAS TERRAS. Apenas a aldeia denominada Tekoá Ytu tem as terras homologadas. São somente 17.566 m², onde residem atualmente os filhos, netos e bisnetos de Joaquim e Jandira, fundadores da aldeia, que foi regularizada pelo governo federal em 1987, apesar de ocupada desde a década de 1950. De lá para cá, a família cresceu, os fundadores não estão mais vivos, mas seus descendentes fazem questão de proteger e assegurar a área para as futuras gerações. É uma área minúscula, onde as águas do ribeirão das Lavras estão poluídas pelo esgoto não tratado despejado pelos bairros clandestinos, e cheia de pedras que impedem qualquer tipo de cultivo - mas considerada muito importante pelas famílias Guarani para que possam continuar a viver como indígenas em plena metrópole.

Já a aldeia Tekoá Pyau, que ainda não teve suas terras regularizadas pelo Ministério da Justiça, está localizada à distância de uma rua da primeira aldeia e corre o risco de sofrer uma desocupação. Tramitam, desde 2003 e 2004, na 8ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo, duas ações pedindo a reintegração de posse contra os Guarani. Particulares reivindicam a posse da área onde está situada a aldeia, localizada às margens da Rodovia dos Bandeirantes.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 179/ 2013

Brasília, 03 de outubro de 2013.

Por outro lado, a falta de conclusão do processo administrativo de demarcação em curso na Funai também tem preocupado os Guarani. O procedimento instaurado pelo órgão indigenista em 2004 caminha lentamente, tendo sido cumprida a sua primeira fase, com a publicação do despacho da presidência da Funai em 30 de abril de 2013, reconhecendo os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Jaraguá, com extensão de 532 hectares.

ESPERA. Os Guarani esperam que, com a finalização do processo administrativo de demarcação em curso na Funai e com uma decisão favorável no âmbito dos processos judiciais, ambos acompanhados pelo MPF, tenham um pouco mais de espaço para ensinar as crianças a cultivar produtos agrícolas apreciados, como o milho e o amendoim.

Procuradoria da República no Estado de S. Paulo
Mais informações à imprensa: Gabriela Rölke
11-3269-5068
ascom@prsp.mpf.gov.br
www.twitter.com/mpf_sp



Índios bloqueiam rodovias em semana de protesto

SÍTIO ADITAL, 02.10.2013

Cerca de mil índios pataxós e tupinambás bloquearam hoje (2) um trecho da BR-101, próximo à cidade de Itamaraju, perto do quilometro (km) 794, no extremo sul da Bahia. A manifestação faz parte da semana de Mobilização Nacional Indígena, que reúne etnias de todo o país.

Segundo a Polícia Rodoviária Federal, os índios fecharam a rodovia com galhos e pedaços de madeira por volta das 6h. O trânsito foi interrompido nos dois sentidos da pista, mas nenhum ato de violência foi registrado até as 10h. Carros oficiais, ambulâncias e caminhões transportando cargas perecíveis foram liberados para seguir viagem.

"Queremos que o ministro da Justiça publique as portarias declaratórias de três territórios indígenas: Barra Velha, Tupinambá de Olivença e Tumbalalá [baianos]. E tem outras questões preocupantes que queremos discutir, como o PLP [Projeto de Lei Complementar] 227", disse à Agência Brasil o cacique Aruan Pataxó, demonstrando a preocupação indígena com o projeto de autoria do deputado federal Homero Pereira (PSD-MT), que regulamenta o Parágrafo 6º do Artigo 231, da Constituição, que trata da demarcação de terras indígenas.

Outro ato indígena ocorreu hoje em Santa Catarina, onde, por pouco mais de uma hora, índios guaranis fecharam um trecho da BR-101, perto do km 233, no topo do Morro dos Cavalos, em Palhoça (SC).

A expectativa é que protestos indígenas como os de hoje ocorram em outros estados ao longo da semana. Ontem (1º), mais de 100 índios xavantes bloquearam um trecho da BR-070, próximo à cidade de Primavera do Leste, a 240 quilômetros de Cuiabá (MT). O ato durou duas horas e meia e os manifestantes seguravam faixas e cartazes cobrando a conclusão de processos demarcatórios e criticando iniciativas parlamentares, medidas governamentais e a falta de assistência.

Com a mobilização nacional, os povos indígenas e as organizações indigenistas querem chamar a atenção da sociedade para as violações a direitos que a Constituição garante aos índios, como a demarcação de suas terras. Os protestos também visam a barrar iniciativas políticas consideradas contrárias aos interesses indígenas, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que transfere a competência da União na demarcação das terras indígenas para o Congresso Nacional.

Mais protestos

A série de protestos convocada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) para defender a Constituição, os direitos de povos indígenas e tradicionais e o meio ambiente em vários locais do Brasil continua hoje e ao longo desta semana. Em São Paulo, um Ato Público,
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 179/ 2013

Brasília, 03 de outubro de 2013.

convocado pela Comissão Guarani Yvyrupa (CGI), vai acontecer a partir das 17h, no vão livre do Masp, na Av. Paulista.

O objetivo é protestar contra o ataque aos direitos territoriais dessas populações em curso no Congresso Nacional. A manifestação vai contar com a participação de índios Guarani e de outras etnias, além dos quilombolas do Vale do Ribeira.

Ontem, terça-feira, 1 300 manifestantes fizeram uma passeata na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Eram índios, quilombolas e trabalhadores rurais. A mobilização é apoiada por organizações indígenas e indigenistas, como o ISA, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e a Comissão Pró-Índio de São Paulo, mas também por outros movimentos sociais e organizações da sociedade civil, como o Greenpeace, a Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas (Conaq) e o Movimento Passe Livre (MPL), entre vários outros.

Também acontecem protestos hoje em frente à Embaixada brasileira em Londres, audiência Pública sobre os 25 anos da Constituição Federal e os direitos indígenas e Instalação da subcomissão de assuntos indígenas da Comissão de Legislação Participativa (CLP) na Câmara, Congresso Nacional, Brasília (DF); ato Público na Faculdade Metropolitana da Amazônia (Famaz), Av. Visconde de Souza Franco, nº 72, Bairro Reduto (Doca), Belém (PA).

Durante todo o dia acontece encontro dos Povos Indígenas de Roraima no abraço a Roraima e comemoração dos 25 anos da Constituição, comunidade Sabiá, Terra Indígena São Marcos, município de Pacaraima (RR)

Até sexta-feira acontece o Seminário Políticas Culturais e Povos Indígenas – A escola e outros problemas. Prédio de Ciências Sociais da Cidade Universitária, Salas 14 e 08, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo (SP)

*Com informações da Agência Brasil, Instituto Sócio Ambiental e organizações indígenas.



Boletim de Notícias - Edição nº 179/ 2013

Brasília, 03 de outubro de 2013.

Indígenas e quilombolas cobram regularização

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 02.10.2013

Índios e quilombolas do município de Oriximiná, no Baixo Amazonas, convocaram a imprensa para participar de uma coletiva hoje, às 10h, em Belém, para expor as demandas das comunidades em defesa de seus direitos territoriais.

O grupo denuncia que seus direitos constitucionais estão ameaçados pela demora na regularização de suas terras e pelo avanço da exploração minerária. Desde abril de 2013, o relatório de identificação da Terra Indígena Kaxuyana/Tunayana está pronto aguardando a publicação pela presidência da Funai.

Ainda hoje, um grupo formado por 30 lideranças de Oriximiná irá realizar um Ato Cultural durante o VII Encontro do Fórum Amazônia Sustentável, realizado na Faculdade Metropolitana da Amazônia, às 18h. O ato integra a agenda Manifestação Nacional convocada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

A iniciativa é dos índios e quilombolas de Oriximiná com o apoio da Comissão Pró-Índio de São Paulo e do Iepé Instituto de Pesquisa e Formação Indígena.

(Diário do Pará)



Em nota, Guarani-Kaiowa repudia genocídio indígena 02/10/2013

SÍTIO GEOPOLITICABLOG, 02.10.2013

Jornal GGN - O Conselho Aty Guasu Guarani-Kaiowa emitiu, nesta quarta-feira (2), nota em repúdio ao genocídio da população indígena e às ações dos políticos da bancada ruralista. A declaração faz parte das atividades da semana de Mobilização Nacional Indígena, que ocorrem até sábado (5).

Na declaração, o conselho pede o arquivamento da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 215, que tem o objetivo de transferir da União para o Congresso Nacional a responsabilidade na demarcação das terras indígenas.

"Hoje, nós indígenas, sabemos muito bem que a maioria da população brasileira indignada e injustiçada se manifesta e luta pela justiça no Brasil. Mais uma vez nós indígenas Guarani e Kaiowa juntamente com outros povos indígenas violentados e expulsos de nossas terras tradicionais pelos políticos ruralistas, estamos em mobilização permanente para defender os nossos direitos já garantidos na Constituição Federal que estão ameaçados pelos políticos ruralistas na câmara dos deputados federais", diz a nota.

Em outro trecho da nota eles também relatam as privações às quais estão sendo submetidos. "Em todas as aldeias foi impedido o fornecimento de água potável, por isso lutamos reiteradamente para efetivar os nossos direitos constitucionais, manifestamo-nos pela demarcação e posse de nossas terras tradicionais, pelo direito à saúde indígena de qualidade e direito à educação escolar indígena diferenciada. Estamos lutando contra o genocídio. Pedimos a punições aos fazendeiros assassinos das lideranças indígenas".

Leia a nota na íntegra:

Esta nota da Aty Guasu é para explicitar os fundamentos da Mobilização Nacional Indígena frente ao avanço de prática do genocídio moderno do século XXI contra os povos indígenas, no Brasil, originados e amplificados pelos políticos ruralistas anti-indígenas.

Como já é sabido, após redemocratização do atual Brasil em meados de 1980, graça à mobilização nacional histórica dos povos plurais brasileiros (as), na Constituição Federal/1988 são garantidos os direitos indígenas, portanto os direitos indígenas são resultados de demandas dos povos indígenas, povos tradicionais diversos e, sobretudo dos movimentos sociais e civis que lutaram intensamente para inaugurar e efetivar a democracia.

Importa muito destacar que esses direitos indígenas constitucionais, a partir de 1988, evitam a continuidade de genocídio antigo e violências diversas contra os povos indígenas no Brasil,

CONT.



garantindo: o direito às sobrevivências indígenas de forma humana e digna, direito ao reconhecimento da parcela dos territórios tradicionais indígenas, direito à educação escolar diferenciada, direito à saúde, entre outros.

Sabemos que antes da promulgação dos direitos indígenas, os povos indígenas no Brasil eram considerados como não humanos, sem direito às vidas, os diversos povos nativos eram submetidos aos processos de extermínio /genocídio, resultando nas extinções de diversos povos nativos no Brasil. Vários povos indígenas foram expulsos de suas terras tradicionais pelos atuais políticos ruralistas. Os indígenas foram escravizados, massacrados e violentados pelos atuais políticos ruralistas apoiados pelo sistema da Ditadura Militar.

Assim, o atual Brasil, no passado já foi um país escravista, genocida, sobretudo já foi um país praticante legal de crimes bárbaros e hediondos contra os povos indígenas, contra os povos negros, etc. Assim, ao longo de 513 anos, a história real do sistema do país Brasil evidencia que já cometeu todos os tipos de crimes de etnocídio e genocídio contra os indígenas e contra a humanidade.

Como já anunciado, a partir de promulgação da nova Constituição Federal da República no dia 05 de outubro de 1998, os processos de genocídio formal e as violências legais contra os povos indígenas, em parte começaram a mudar, iniciando uma nova história para os povos indígenas, no Brasil.

Passado 25 anos, atualmente os direitos indígenas estão em processo inicial de implementações pelo Governo Federal e Justiça do Brasil. Diante da tentativa de se efetuar os direitos indígenas pela justiça brasileira, já existe um forte movimento dos políticos ruralistas nos poderes legislativos (câmara dos deputados federais e congresso nacional) para alterar os direitos indígenas, elaborando o PECs, etc. Esse movimento da República Ruralista nos poderes legislativos sempre tenta ignorar os direitos indígenas, humanos e a história da luta dos povos brasileiros democráticos desencadeados em meados de 1980.

Claramente, esse movimento ruralista anti-direitos indígenas estimula, por meio da alteração dos direitos indígenas a volta da ação genocida do passado, violências diversas, crimes bárbaros contra as vidas dos sobreviventes indígenas no Brasil.

Hoje, nós indígenas, sabemos muito bem que a maioria da população brasileira indignada e injustiçada se manifesta e luta pela justiça no Brasil. De modo igual, Nesta Mobilização Nacional indígena, entre os dias 01 a 05 de outubro de 2013, no Estado de Mato Grosso do Sul, mais uma vez nós indígenas Guarani e Kaiowa juntamente com outros povos indígenas violentados e expulsos de nossas terras tradicionais pelos políticos ruralistas, estamos em mobilização permanente para defender os nossos direitos já garantidos na Constituição Federal que estão ameaçados pelos políticos ruralistas na câmara dos deputados federais.

Estamos nos manifestando em nossos acampamentos precários, mobilizamo-nos nas rodovias, manifestamo-nos em frente dos órgãos públicos. Em todas as aldeias foi impedido o fornecimento de água potável, por isso lutamos reiteradamente para efetivar os nossos direitos constitucionais, manifestamo-nos pela demarcação e posse de nossas terras tradicionais, pelo

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 179/ 2013

Brasília, 03 de outubro de 2013.

direito à saúde indígena de qualidade e direito à educação escolar indígena diferenciada. Estamos lutando contra o genocídio. Pedimos a punições aos fazendeiros assassinos das lideranças indígenas. Por fim, solicitamos o arquivamento do PEC 215.

Agradecemos a todas as sociedades nacionais e internacionais pelas participações na Mobilização Nacional Indígena. NÓS TODOS POR NÓS MESMOS, LUTAMOS PARA SOBREVIVERMOS.



Após protesto, BR-316 é liberada por indígenas

SÍTIO G1/MA, 02.10.2013

Rodovia foi interditada por quase todo o dia.

Manifestantes protestavam contra aprovação da PEC 215 no Congresso.

A BR-316, que estava bloqueada por indígenas das tribos guajajaras e guarani, no município de Bom Jardim, a 375 km de São Luís, foi liberada no fim da tarde desta quarta-feira (2). A rodovia, paralisada desde o início da manhã, é o principal acesso às BRs 222 e 135, que interligam as principais cidades do Maranhão.

De acordo com os manifestantes, a interdição foi uma manifestação contra a PEC 215. Caso aprovada, a PEC retira a atribuição exclusiva da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Executivo de promover a demarcação das reservas indígenas no país e a transfere para o Legislativo. O Congresso Nacional também passa a ter competência para ratificar as demarcações homologadas.

Entenda o caso

Para bloquear a pista nos dois sentidos, os índios atearam fogo em pedaços de madeira, impedindo os veículos de passarem pelo local.

De acordo com os manifestantes, o protesto faz parte da agenda nacional de manifestações contra a PEC 215, de autoria do ex-deputado federal Almir Sá (PRB-RR), que está em tramitação desde 2000 e aguarda criação de Comissão Temporária na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) e instalação de Comissão Temporária na Seção de Registro de Comissões (SERCO(SGM)), de acordo com a Câmara Federal.

Nesta terça-feira (2), aproximadamente 150 manifestantes das comunidades quilombolas do Charco, Cruzeiro, Nazaré, Açude e Benfica ocuparam a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em São Luís, também em protesto contra a PEC.



Padre Ton diz que pressão indígena deve continuar e que o PT está comprometido com a Constituição

SÍTIO TUDO RONDÔNIA, 02.10.2013

Coordenador da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas, o deputado federal Padre Ton (PT-RO) fez uma enfática defesa nesta quarta-feira (2) a tarde da manutenção dos direitos indígenas no acampamento da Mobilização Nacional Indígena, em Brasília, que permanece no gramado da Esplanada das Secretarias até 5 de outubro, quando a Constituição Federal faz aniversário de 25 anos.

Padre Ton ressaltou que se havia alguma dúvida de que o PT estaria dividido sobre as matérias legislativas que tramitam no Congresso Nacional para retroagir o direito à ocupação de terras que são bens da União, essa dúvida acabou. "É compromisso do nosso partido com a defesa dos direitos conquistados pelos indígenas na Constituição de 88", disse ele, relatando o encontro ocorrido ontem com os ministros da Justiça, Eduardo Cardozo; da Casa Civil, Gleisi Hoffmann e das Relações Institucionais, Ideli Salvatti. No encontro foi entregue uma carta com propostas para solução de questões indígenas e da reforma agrária.

O deputado disse também que lamentavelmente o presidente da Câmara, Henrique Alves (PMDB), no momento em que ocorre a Mobilização Nacional indígena, interditou o debate que a Frente havia requerido para tratar da PEC 215 e outras matérias. "E ele não está na Casa, ele fugiu", disse, acrescentando que a matéria somente foi suspensa porque há temor da direção da Casa e do setor ruralista do potencial de pressão indígena.

Aplaudido por dezenas de representantes indígenas, Padre Ton disse que é preciso manter a mobilização para que o projeto e outros que tramitam na Câmara dos Deputados, como o PLP 227, sejam efetivamente arquivados, como deseja o movimento indígena.

Ele informou sobre a intenção do governo de integrar com os demais poderes um grupo para discutir uma nova política indigenista, e seu nome, conforme teria lido o líder, deputado Arlindo Chinaglia, foi indicado para a tarefa.

A deputada Perpétua Almeida (PC do B-AC) disse que se não continuar a pressão sobre o Congresso Nacional não adianta o governo orientar sua base a votar contra a matéria. "A base já demonstrou que não tem unidade, tem de continuar a pressão", salientou.

O deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) disse que "a luta faz a lei", avaliando que a presença dos povos indígenas em Brasília, a exemplo do Abril Indígena, quando entraram no plenário, foi determinante para reverter a pauta desfavorável a eles e evitar que a Constituição seja desfigurada. O deputado Padre João (PT-MG) disse que o governo acordou para o problema mas é preciso definir metas de trabalho e solução para conflitos que estão opondo indígenas e pequenos agricultores.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 179/ 2013

Brasília, 03 de outubro de 2013.

O deputado Ivan Valente (PSOL-SP) disse que as terras ocupadas pelos indígenas são bens da União e por isso o interesse econômico que move muitos deputados não pode prevalecer. "A pretexto de fazer democracia, colocando mais atores para decidir sobre demarcação, eles querem se apoderar das riquezas das terras indígenas", disse.

Também estiveram presente no ato político, expressando o risco de retrocesso constitucional com matérias que afetam o capítulo Dos Índios e apoio ao movimento os deputados Afonso Florence (PT-BA), Alice Portugal (PC do B-BA), Domingos Dutra (PT-MA) e Erika Kokai (PT-DF).



Roraima recebeu Conferência sobre Saúde Indígena

SÍTIO PORTAL BRASIL, 02.10.2013

O encontro preparatório para a etapa nacional aconteceu de 24 a 26 de setembro e contou com a participação de 244 delegados

Uma delegação de 32 mulheres indígenas compareceu à etapa distrital da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena dos Povos do Leste de Roraima.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) participou do evento, coordenado pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Leste de Roraima (DSEI) e pelo Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi).

O encontro preparatório para a etapa nacional aconteceu de 24 a 26 de setembro, em Boa Vista/RR e no total, participaram 244 delegados.

A coordenadora-geral de Diversidade da SPM, Lurdinha Rodrigues, acompanhou os debates e destacou a importância da participação das mulheres indígenas em todas as etapas, apresentando e debatendo suas necessidades específicas na saúde.

Oficina

Ainda em Roraima, em 25 de setembro, na região do Murupu, comunidade Truaru, a SPM também participou da Oficina do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA). A atividade foi dirigida especialmente às mulheres indígenas que lutam pela água, pela saúde e enfrentamento à violência praticada contra as mulheres indígenas.

Comunidades

“Lutaremos pelos nossos direitos até o último índio. Não viole nossos direitos assegurados pela Constituição Federal”, declarou Telma Marques Paurepang, secretária-geral do Movimento de Mulheres Indígenas do Conselho Indígena de Roraima.

O resgate da própria cultura também é uma das prioridades dos povos dessa região. Formada por uma população de aproximadamente 42 mil indígenas, os povos do Leste de Roraima estão distribuídos em sete etnias: Wapixana, Macuxi, Ingariçó, Taurepang, Sapara, WaiWai e Patamona.

Indígenas

Em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai), a SPM tem realizado ações de fortalecimento da organização e protagonismo das mulheres indígenas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 179/ 2013

Brasília, 03 de outubro de 2013.

As principais demandas são: demarcação das terras com inclusão da água e mananciais, o enfrentamento à violência, o combate ao alcoolismo nas aldeias, a segurança alimentar e nutricional, o reconhecimento da medicina tradicional dos povos indígenas, apoio às parteiras tradicionais e a valorização da autoestima dos povos, especialmente das mulheres indígenas.

Conferência

A convite da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (SESAI/MS), a SPM participa da comissão organizadora da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, que terá sua etapa nacional em Brasília, no período de 26 a 30 de novembro de 2013.

Fonte:

Secretaria de Políticas para as Mulheres



Dilma está nas mãos dos ruralistas na questão indígena, afirma antropóloga
SÍTIO TVT, 02.10.2013

Por Redação/ Rede Brasil Atual

São Paulo – A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, em entrevista à Rádio Brasil Atual, afirma que a presidenta Dilma Rousseff segue duas linhas de atuação política no país, uma, realizadora de projetos e programas sociais, e a outra, desenvolvimentista. Esta última tem, entre seus principais afetados, os indígenas, que sofrem uma onda de ofensivas a seus direitos constitucionais pela terra. “Este lado desenvolvimentista selvagem é muito perigoso. Ela ficou refém dos ruralistas do Congresso, e limitou muito o grau de ação dela”, disse a cientista.

A antropóloga chama a atenção também para o Projeto de Lei Complementar (PLC) 227, que tramita na Câmara, que se propõe a regulamentar o artigo 231 da Constituição. O texto define que só é possível entrar em áreas indígenas em casos de relevantes interesses da União. “Foi um acordo que se chegou na Constituição de 1988, diante de impasse entre mineradoras, hidrelétricas e indígenas, em que casos excepcionais seriam discutidos e se comprovados que não teriam alternativa, então se poderia pensar em entrar nessa área.”

Manuela explica que o objetivo do PLC 227 é considerar “tudo” de interesse relevante da União. “O projeto busca declarar de relevante interesse da União toda e qualquer coisa. Estrada, hidrelétrica, até assentamentos, e praticamente se permite qualquer coisa na área indígena. Isso na verdade é contrário ao espírito deste capítulo da Constituição, que foi um grande avanço, que colocou o Brasil como exemplo para o mundo, pois pela primeira vez se reconheceu a importância da diversidade”, afirma.

“Quanto à PEC 215, é significativo que a proposta seja em forma de Emenda Constitucional, que não pode ser vetado pela Presidência da República. No caso do PL, aí sim governo tem de tomar posição firme para salvar a dignidade do país”, finaliza.
Nas ruas

Vai até sábado (5) a semana de Mobilização Nacional Indígena, convocada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) para defender as conquistas da Constituição de 1988, que no próximo dia 5 de outubro completa 25 anos. Hoje (2) está programado um ato dos índios Guarani no estado de São Paulo, no final da tarde, na Avenida Paulista.

A principal reivindicação dos indígenas é a declaração de inconstitucionalidade da Proposta de emenda Constitucional (PEC) 215, que passa do Executivo para o Legislativo a responsabilidade pelas demarcações de terras indígenas. A proposta é acusada pelas lideranças indígenas de ser uma estratégia da bancada ruralista, presente de maneira significativa no Senado.

Ouçã aqui a reportagem de Marilu Cabañas.
(https://api.soundcloud.com/tracks/113484637/download?client_id=0f8fdbbaa21a9bd18210986a7dc2d72c)